

A

Oportunidades
de Apoio a

P

Atividades
Produtivas
Sustentáveis

S

na Amazônia

Subsídios para debate

RESUMO EXECUTIVO

RESUMO EXECUTIVO

A

Oportunidades
de Apoio a

P

Atividades
Produtivas
Sustentáveis

S

na Amazônia

Subsídios para debate

Resumo de documento subsídio elaborado no âmbito do Projeto “Cooperação com o Fundo Amazônia/BNDES” pela Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável, representada pela *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ) GmbH

Coordenação editorial: Christiane Ehringhaus

Autores: Carlos Valério Gomes, Christiane Ehringhaus, Claudia Martins Dutra, Eugênio Pantoja, Fabiano Toni, Johannes Schielein, Jorge Hargrave, Katia Carvalheiro, Luciana Rocha, Manuel Amaral Neto, Monika Röper, Viktoria Zipper, Waldemar Wirsig

Revisão: Adriana Ramos, Berend Becker, Claudia Martins Dutra, Jan Börner, Jorge Hargrave, Heike Friedhoff, Katia Carvalheiro, Klaus Albrechtsen, Manuel Amaral Neto, Marcia Gramkow, Margit Gropper, Mauro Pires, Mauro Ruffino, Nivea Marcondes, Tatiana Balzon, Valmir Ortega

Elaboração de mapas: Johannes Schielein, Bernardo Anache e Flavio Altieri

Edição: Tereza Moreira

Projeto gráfico e diagramação: Luiz Daré

Brasília, dezembro de 2012

Sumário

Contexto e Objetivos do Estudo.....	4
Papel das APS na Prevenção e no Controle do Desmatamento.....	5
Contexto Econômico e Vetores de Desmatamento	6
Contribuição Econômica das APS	7
Tendências Populacionais e Grupos Sociais Beneficiários.....	8
Papel dos Grupos Sociais nas Estratégias de Combate ao Desmatamento.....	9
Oportunidades de Apoio para APS Seleccionadas	10
Manejo Florestal Comunitário e Familiar Madeireiro e Não Madeireiro	10
Sistemas Agroflorestais.....	12
Pesca e Aquicultura	13
Pecuária Sustentável	14
Oportunidades para Ações Estruturantes	15
Desafios e Oportunidades Institucionais	22
Setor Público	22
Organizações da Sociedade Civil.....	24
Panorama Geral.....	26
Considerações Finais	27

O foco é fortalecer o eixo menos desenvolvido do PPCDAm, o fomento às atividades produtivas sustentáveis.

Contexto e Objetivos do Estudo

Reduzir as taxas de desmatamento na Amazônia constitui desafio persistente para o Brasil nas últimas décadas. Para além das ações de comando e controle torna-se cada vez mais clara a necessidade de fortalecer atividades econômicas que combinem melhoria de renda, inclusão social e uso adequado dos recursos naturais existentes na região.

O eixo “Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis”, do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm), ainda enfrenta dificuldades de implementação, muitos dos quais relacionados às cadeias de valor. Nesse sentido, o apoio e o financiamento a atividades produtivas sustentáveis (APS) é estratégico para a mudança no padrão de desenvolvimento da região.

Este estudo se propõe a fornecer elementos e subsídios para a **identificação de oportunidades e opções de apoio a APS**, visando ao aumento da sua importância econômica e competitividade no cenário amazônico, **contribuindo com a prevenção do desmatamento e favorecendo a transição dos sistemas produtivos rumo à sustentabilidade**.

Além de estimular o debate sobre oportunidades de ação, o estudo pretende:

- Sintetizar o estado atual de conhecimento sobre APS, grupos beneficiários e capacidade institucional existente na Amazônia.
- Identificar os principais desafios e entraves para a estruturação de APS.
- Mapear opções de apoio e financiamento de atividades produtivas sustentáveis.
- Apontar necessidades de investimento estruturante como pré-condições para o desenvolvimento das APS.

O estudo fornece um **panorama geral de desafios e oportunidades** para o desenvolvimento das APS, embora enfatize aspectos relacionados aos municípios que mais desmatam na Amazônia. Aborda uma **visão integrada de políticas públicas** e apresenta diferenciações regionais para o **desenho de estratégias de apoio** às APS selecionadas.

O presente resumo executivo **apresenta as mensagens-chave do estudo**. Destaca os principais elementos do contexto Amazônico para APS, os desafios para o apoio, além de salientar as oportunidades consideradas mais relevantes. No corpo da versão completa do estudo encontra-se uma gama mais ampla de oportunidades para leitura e debate.

A proposta é fornecer subsídios para a identificação de oportunidades e opções de apoio, visando ao aumento da importância econômica e da competitividade das APS no cenário amazônico.

Papel das APS na prevenção e no controle do desmatamento

APS podem exercer diferentes papéis em diferentes contextos regionais.

Qualquer atividade produtiva pode ser exercida com sustentabilidade. Isto é, de uma forma que **mantenha a intensidade e a escala de uso** dos recursos naturais, **não leve à expansão da área desmatada ou degradada**, seja **economicamente viável**, bem como **social e culturalmente apropriada**.

Na mesma lógica, qualquer atividade produtiva, com exceção daquelas que dependem intimamente da floresta nativa em pé, corre o risco de se tornar insustentável, especialmente na ausência de direitos de uso claramente definidos e respeitados.

APS priorizadas neste estudo

- Manejo florestal madeireiro e não madeiro praticado em âmbito familiar e comunitário
- Sistemas agroflorestais
- Pesca e aquicultura
- Pecuária sustentável

Tais escolhas foram motivadas pela busca de atividades já praticadas na região amazônica e que:

- Dependem da floresta e a mantêm em pé e, portanto, podem ser premiadas por isso.
- Representam opções ao uso predatório da floresta e favorecem a consolidação da paisagem na fronteira agrícola.
- Recuperam áreas desmatadas ou degradadas após o seu uso insustentável.

As estratégias de apoio a APS estabelecem diferentes relações com a prevenção e o controle do desmatamento.



A soja e a pecuária são as atividades que mais contribuem para o PIB do agronegócio na Amazônia.

Contexto Econômico e Vetores de Desmatamento

Ao longo da década de 2000 verificou-se intensa dinamização econômica na Amazônia Legal, propiciada pelo **crescimento da agropecuária**, das atividades extrativas **minerais** e **madeireiras** e de alguns **polos industriais**, especialmente a Zona Franca de Manaus. A agropecuária foi o setor que mais se expandiu, em termos de área ocupada e volume de produção, devido à alta de preços nos mercados internacionais.

Como resultado, entre 2000 e 2008, o Produto Interno Bruto (PIB) da região cresceu quase duas vezes mais (6,2% ao ano) do que o PIB nacional (3,6%). No entanto, tais atividades vêm gerando **impactos ambientais e sociais** significativos e pouco reverteram em benefícios para a maioria da população amazônica.

Principais vetores do desmatamento na Amazônia

Pecuária

300%

Foi o índice de crescimento da criação de bovinos na Amazônia entre 1980 e 2010.

Fonte: IBGE/SIDRAM, 2010

Soja e outras culturas temporárias

R\$ 22,1 bilhões

Ou 8,7% do PIB regional, foi o faturamento das lavouras temporárias em 2008 na Amazônia.

Fonte: IBGE, 2009.

Rodovias e grandes obras de infraestrutura

75%

dos desmatamentos ocorrem em uma faixa de 50 km no entorno de rodovias pavimentadas.

Fonte: MMA/PPCDAm, 2009.

Representa o principal vetor do desmatamento na Amazônia Legal. Até 2008, 62% das áreas desmatadas eram ocupadas por atividades ligadas à pecuária. Além de ser responsável pelo desmatamento em grandes propriedades, a pecuária também está se expandindo em áreas de pequenos produtores.

A soja é o produto com a maior contribuição (37%) para o PIB agropecuário da região. Embora os cultivos temporários, especialmente de grãos, façam uso mais intensivo da terra do que a pecuária, a infraestrutura criada para escoar a produção contribui para gerar novos eixos de desmatamento.

Quando não há planejamento adequado, essas obras representam fortes vetores de desmatamento. Hidrelétricas e minerações produzem impactos devido à intensificação de fluxos migratórios, favorecidos pela implantação de novas estradas e asfaltamento das já existentes.

Contribuição econômica das APS

As atividades produtivas sustentáveis geram serviços ambientais significativos e contribuem na subsistência e na composição da renda da população mais pobre. No entanto, possuem pequena relevância na constituição do PIB regional, não conseguindo competir economicamente com atividades causadoras de desmatamento, as quais não internalizam custos ambientais e sociais.

APS não contribuem para o desmatamento, mas também não geram renda capaz de competir com o agronegócio.

Perguntas-chave na transição para a sustentabilidade

1

Como aumentar a importância econômica e a competitividade de atividades produtivas sustentáveis?

2

Como internalizar os custos ambientais e sociais que as atividades causadoras do desmatamento produzem?

3

Como remunerar e premiar os serviços ambientais que são gerados e mantidos com APS, beneficiando as populações que as realizam?

Atividade madeireira predatória

14%

do PIB nos municípios que mais desmatam provêm do comércio de madeira.

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática, 2008.

A abertura de novas áreas de florestas é, em geral, aproveitada por madeireiras, que se beneficiam da criação de estradas vicinais e da ocupação das terras em torno das estradas principais para a extração e o comércio ilegal de madeira, atividades “invisíveis” para a economia formal.

Assentamentos

22%

do desmatamento na Amazônia Legal ocorrem em terras ocupadas por assentados.

Fonte: PRODES/MMA, 2010.

A atividade agropecuária familiar tende a recorrer a práticas de corte e queima, envolvendo desmatamento, ainda que em pequena escala. No entanto, o impacto coletivo das ações, em especial nos projetos de assentamento, pode se tornar relevante fator de desmatamento.

Situação fundiária irregular

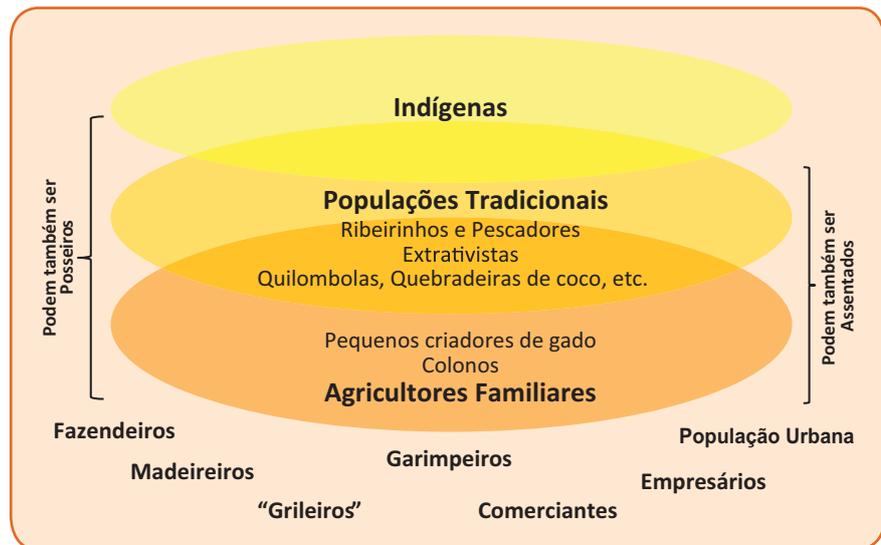
Em uma região em que os direitos sobre uso e ocupação do solo não estão claramente definidos, a especulação fundiária e a ocupação ilegal de terras públicas são estimuladas pela grilagem de terras. A construção e a pavimentação de estradas facilitam o avanço de posseiros sobre novas áreas de floresta, estabelecendo um círculo vicioso de expansão do desmatamento.

Há crescente concentração populacional em centros urbanos e no entorno de obras de infraestrutura.

Tendências Populacionais e Grupos Sociais Beneficiários

A população amazônica cresce e se urbaniza com rapidez. Atualmente há mais de **24 milhões de habitantes** na região. Nos **núcleos urbanos** vivem **70% da população**. Entre os fatores que condicionam a dinâmica populacional estão as **migrações intrarregionais**, a expansão da fronteira agrícola e, especialmente, as obras de infraestrutura do **Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)** em andamento e previstas para a região. Estas últimas provocam fluxos intensos, com **mudanças rápidas e impactantes** no território, o que tem implicação para o uso de recursos naturais da região.

Diversidade social em interação dinâmica



Diferentes grupos sociais, com atividades e padrões de ocupação do território também distintos, residem na região amazônica. Esses segmentos estabelecem complexas relações sociais e econômicas.

Categorias prioritizadas pelo Fundo Amazônia

Populações indígenas

Grupos étnicos que vivem sob regime especial de proteção. Distinguem-se entre si e dos demais integrantes da sociedade brasileira pela identidade e organização próprias, cosmovisão específica, especialmente em relação à terra que habitam.

Agricultores familiares

São aqueles que exercem suas atividades em pequenas áreas, dirigem seus próprios negócios e utilizam predominantemente mão de obra familiar, obtendo renda por meio da agropecuária. Há 761 mil estabelecimentos com essas características na Amazônia Legal.

Papel dos grupos sociais nas estratégias de combate ao desmatamento

Povos indígenas e **populações tradicionais** tendem a contribuir significativamente para a **manutenção da floresta em pé**. As áreas que ocupam (TIs, UCs, além de terras não destinadas e não regularizadas) constituem barreiras ao desmatamento. Mas podem ocupar também Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAE), Projetos de Assentamento Florestal (PAF) ou Projetos de Assentamento de Desenvolvimento Sustentável (PDS).

Como a **tendência de pecuarização** está aumentando, inclusive entre populações tradicionais, o **risco de novos desmatamentos promovidos por esses atores** também cresce. Nesse contexto, o apoio a APS torna-se uma importante estratégia para **prevenir a adoção**, por esses grupos, de **atividades desmatadoras**. Em **assentamentos**, o foco do apoio a atividades produtivas sustentáveis é **consolidar áreas já desmatadas** e **recuperar terras degradadas**.

Os povos indígenas possuem domínio sobre 21% das terras destinadas da Amazônia Legal. Este é o grupo com o menor impacto sobre as florestas e os recursos naturais.

Oportunidades-chave de apoio

É importante **priorizar terras indígenas, unidades de conservação de uso sustentável e assentamentos** que estão sob maior ameaça, em seu papel de prevenção e contenção do desmatamento.

Devido ao seu *status* fundiário minimamente regularizado, as melhores oportunidades de apoio a populações tradicionais se apresentam em **Reservas Extrativistas (RESEX), Florestas Nacionais (FLONAs), Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), PAE, PDS, PAF e territórios de quilombo**.

Os posseiros constituem grupo prioritário para ações de regularização fundiária. A criação de **territórios coletivos** converte-se em oportunidade de regularização fundiária relativamente rápida, econômica e segura para populações tradicionais dependentes de recursos florestais ou pesqueiros.

Devido ao desmatamento pronunciado, os **assentamentos antigos** deveriam ser foco de **apoio para sistemas agroflorestais e reflorestamento**, como também para formas sustentáveis de produção de proteína animal, na forma de **pecuária sustentável em pequena escala e de aquicultura**.

Populações tradicionais

Grupos culturalmente diferenciados, que possuem formas próprias de organização social, dentre os quais se destacam populações extrativistas, como seringueiros, castanheiros e ribeirinhos, e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos.

Assentados

Categoria composta de migrantes e de populações tradicionais de origem amazônica. Parte deste contingente tem sido alocada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) nas diversas modalidades de projetos de colonização e assentamento.

Posseiros

Populações tradicionais que não possuem titularidade da terra constituem o grupo mais vulnerável dessa categoria. Assim, enfrentam maiores dificuldades de acessar políticas públicas e impossibilidade de legalizar sua produção florestal.

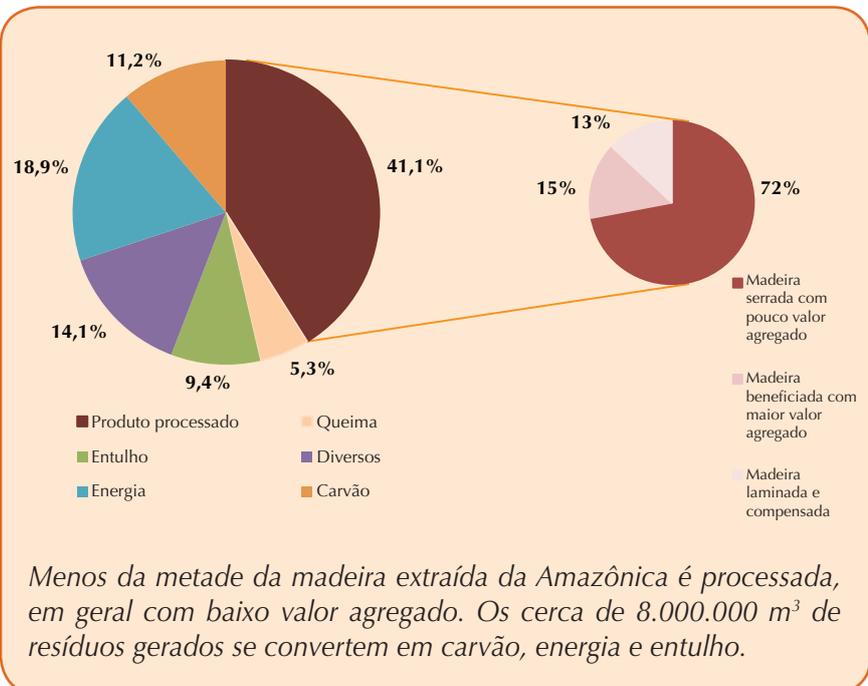
As populações locais podem se beneficiar com o valor econômico dos produtos florestais e contribuir para a manutenção da floresta em pé.

Manejo Florestal Comunitário e Familiar Madeireiro e Não Madeireiro

Para muitas comunidades indígenas, tradicionais e de agricultores familiares, além de essencial à sobrevivência econômica, a floresta desempenha papel vital na sua reprodução social e cultural. A grande quantidade de **florestas comunitárias** na Amazônia, incluindo unidades de conservação de uso sustentável, assentamentos diferenciados e terras indígenas, também representa grande potencial econômico. Propicia **geração de renda** para as comunidades que as manejam e **abastecimento do mercado com produtos legalmente extraídos**.

Esse potencial permanece, no entanto, pouco aproveitado. O desenvolvimento de uma indústria madeireira e não madeireira competitiva, que aproveite os recursos das comunidades de forma equitativa, é essencial para o estabelecimento de uma economia de base florestal sustentável na região. O Manejo Florestal Comunitário e Familiar (MFCF) faz parte das estratégias de **manutenção de florestas em pé** e de **contenção do desmatamento**.

Usos da madeira nativa na Amazônia em 2009



Menos da metade da madeira extraída da Amazônica é processada, em geral com baixo valor agregado. Os cerca de 8.000.000 m³ de resíduos gerados se convertem em carvão, energia e entulho.

Fonte: SFB e IMAZON, 2010.

Oportunidades-chave para o apoio ao MFCF madeireiro

O fomento criterioso de **parcerias entre comunidade e setor privado** pode constituir uma oportunidade, já que o acesso ao mercado tem se mostrado difícil para as organizações locais.

A consolidação da cadeia de valor madeireira relacionada ao MFCF passa pelo **fortalecimento da indústria madeireira**, que se abastece de produtos legalizados. As diversas iniciativas de **arranjos produtivos locais** para a produção de móveis representam oportunidades para fortalecer a participação da matéria-prima oriunda de MFCF. Isso envolve, entre outros, o **apoio a micro e pequenas empresas**, investimentos em **tecnologia e infraestrutura** de estocagem, secagem e processamento, como também em **capacitação profissional** para atender às exigências do mercado em termos de qualidade e *design*.

As áreas preferenciais para o apoio a projetos de MFCF madeireiro são as **unidades de conservação de uso sustentável**, as **terras remanescentes de quilombo** e os **assentamentos**, devido à presença do público beneficiário, à situação fundiária mais consolidada, à priorização dessas terras pelos programas governamentais e à existência de marcos legais.

Investir no processamento e na industrialização de produtos madeireiros é essencial para o desenvolvimento do setor florestal e para agregação de valor aos produtos da região.

Oportunidades-chave para o apoio ao MFCF não madeireiro

Devido à quase ausência de dados estatísticos, o apoio a iniciativas que **sistematizem, consolidem e tornem acessíveis informações** sobre a **produção** e os **mercados** existentes para produtos não madeireiros constitui importante insumo para organizações produtoras e novos compradores de produtos.

O diálogo sobre formas simplificadas de regulamentação do **acesso a recursos genéticos e conhecimento tradicional**, bem como a **repartição de benefícios**, é essencial para criar um ambiente que incentive a inovação tecnológica, novas parcerias, empreendedorismo e divisão equitativa de benefícios oriundos da biodiversidade amazônica.

O apoio a projetos para pequenos empreendimentos de **desenvolvimento e produção cosmética e fitoterápica** em associações e cooperativas representa uma oportunidade. O apoio financeiro deve considerar todas as fases de estruturação dos empreendimentos, o que inclui **autorização do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN)**, quando exigido.

A **inovação tecnológica**, em especial no beneficiamento de produtos florestais não madeireiros, pode ser apoiada mediante parcerias entre comunidades, centros de pesquisa e incubadoras de empresas, inclusive na área de **biotecnologia**.

Estratégias devem ser concebidas para que os benefícios do extrativismo favoreçam os moradores da floresta.

SAFs possuem papel relevante para evitar a expansão da fronteira agrícola e para recuperar áreas já abertas.

Sistemas Agroflorestais

O potencial dos sistemas agroflorestais (SAFs) é visto não somente na associação entre conservação e uso sustentável, na **segurança alimentar** e no acesso a mercados, mas particularmente na possibilidade de beneficiar uma série de grupos sociais, com ênfase nos agricultores familiares e assentados. Dentre as vantagens ambientais apontadas para SAFs estão a **elevada biodiversidade**, o **acúmulo de biomassa**, a **retenção de água** e a **preservação do solo** mediante ciclagem de nutrientes. Os SAFs representam uma forma de APS muito versátil, podendo ser elemento especialmente propício nas estratégias para **evitar a expansão da fronteira agrícola** e **recuperar áreas degradadas**.

Incentivo para ganhar escala

Embora o número das iniciativas alcance a casa das centenas na Amazônia, estas se encontram pulverizadas e geralmente **não possuem alcance regional e econômico significativo**. O maior investimento estruturante em SAFs deveria ocorrer, portanto, em regiões onde já existem experiências que precisam ser consolidadas, mas também em **áreas periurbanas** e no **entorno das obras do PAC**.

Oportunidades-chave para apoio

Há experiências bem-sucedidas com polos e assentamentos agroflorestais no ambiente periurbano. A criação de **novos polos agroflorestais** no entorno dos centros urbanos e de obras do PAC constitui oportunidade de fortalecer esta APS em um **contexto mais favorável à comercialização** dos produtos.

Já que a falta de sementes é um gargalo para SAFs e projetos de reflorestamento, o investimento em iniciativas de **coleta e compra de sementes nativas** e em **viveiros de mudas** representa uma oportunidade importante. Nesse contexto, o apoio a **redes de sementes** crioulas e nativas é recomendável, como forma de resgatar a agrobiodiversidade, favorecer a diversidade biológica nos sistemas implementados e reduzir a dependência de empresas produtoras de sementes.

O fomento à **elaboração** e à **implementação de planos de desenvolvimento e de recuperação em assentamentos** revela-se essencial, considerando o importante papel que os SAFs desempenham como elemento integrante de sistemas de produção, no manejo da propriedade e na recuperação de áreas degradadas.

Pesca e Aquicultura

Embora pesca e aquicultura não sejam atividades produtivas diretamente relacionadas ao uso dos recursos florestais, os **ambientes aquáticos dependem de florestas saudáveis** para cumprirem suas funções ecológicas. A pesca e a aquicultura figuram como atividades relevantes no contexto da identificação de APS como **opções ao desmatamento** e para **substituir a carne bovina** como fonte de alimento. Além do grande potencial de pesca presente em grande parte da Amazônia, há amplas perspectivas para a aquicultura em áreas já desmatadas, especialmente nas proximidades dos centros urbanos.

Revelando possibilidades

Em 2007, o setor pesqueiro amazônico produziu 325 mil toneladas, faturou R\$ 1,5 bilhão e empregou 920 mil trabalhadores.

A região possui 30 milhões de hectares de lâmina d'água nas várzeas, 960 mil hectares nos reservatórios de usinas hidrelétricas, 130 milhões de hectares nos estabelecimentos rurais e mais de 1.600 km² na costa marítima.

Utilizando apenas 1% dessa área disponível seria possível produzir 6,6 milhões de toneladas de pescado/ano, ou seja, quase 20 vezes mais do que o volume produzido em 2007.

Fonte: Ministério de Pesca e Aquicultura, 2009.

Oportunidades-chave para apoio

Visando à redução de conflitos entre atores locais e industriais, uma oportunidade é o apoio ao **ordenamento territorial pesqueiro** em áreas prioritárias, permitindo a construção de instrumentos de planejamento e pactos pelo uso dos recursos.

O uso adequado dos recursos pesqueiros requer **apoio à elaboração, à implementação e ao monitoramento de acordos de pesca**.

Projetos de **aquicultura em áreas degradadas**, especialmente em assentamentos, além de projetos que objetivam **repovoamento de reservatórios de hidrelétricas** constituem alternativa à produção de carne bovina.

Estados e municípios podem ser apoiados na **construção e no fortalecimento de estruturas públicas de beneficiamento, armazenamento, transporte e comercialização** de pescados.

A pesca contribui para a manutenção da floresta em pé. A aquicultura auxilia na consolidação da fronteira agrícola e na recuperação de áreas desmatadas.

A pecuária é uma das cadeias de valor mais estruturadas e dominantes na Amazônia.

Pecuária Sustentável

Na Amazônia, a criação de gado cresce mais rapidamente entre pequenos agricultores do que nas grandes propriedades. Em 2011, 73% dos créditos do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF) destinaram-se a essa atividade, o que revela a necessidade de mecanismos para controle de sua expansão. Devido à sua relevância econômica e por ser o principal vetor de desmatamento, deve-se investir em medidas de **contenção da pecuária extensiva** e no **fomento da pecuária sustentável** em áreas já desmatadas.

Como a pecuária constitui uma das **cadeias de valor mais estruturadas** e dominantes na Amazônia, uma estratégia é fazer com que **tecnologias de melhoramento de pastagens** cheguem aos **pequenos e médios produtores**, menos capitalizados e articulados politicamente, ampliando a escala do atendimento a esse público.

Oportunidades-chave para apoio

Medidas técnicas que aumentem a sustentabilidade, por meio de **sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta** e **criação bovina em confinamento**, entre outras, merecem ser apoiadas.

Algumas unidades de conservação de uso sustentável e projetos de assentamentos com finalidade agroflorestal têm sofrido aumento significativo da pecuária. O **investimento em projetos de manejo e práticas sustentáveis da pecuária em RESEX, RDS, FLONA, PAE, PDS e PAF** pode contribuir para a melhoria do manejo de gado em reservas e, ao mesmo tempo, ajudar a definir limites para a expansão dessa atividade, tendo em vista a contenção do desmatamento.

O apoio a projetos de **recuperação de pastos degradados** e da **transição da pecuária convencional para a pecuária sustentável em assentamentos rurais** constitui uma oportunidade.

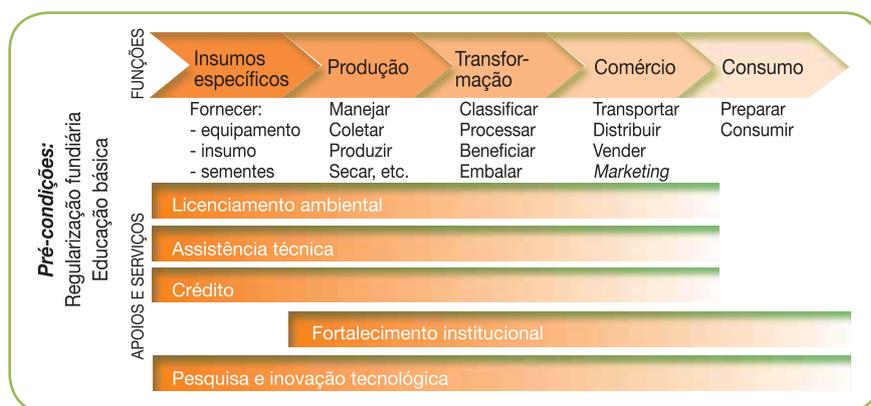
Dada a expansão da pecuária familiar em pequena escala e em áreas de difícil acesso, uma oportunidade de apoio é o financiamento de **experiências-piloto de rastreamento e controle da pecuária familiar** capazes de gerar boas práticas de contenção da pecuária extensiva.

O apoio à pecuária sustentável deve ser integrado com **mecanismos de condicionalidade e sanção** em casos de violação de limites de sustentabilidade pré-estabelecidos.

Oportunidades para ações estruturantes

A efetividade do apoio às APS demanda investimentos na estruturação e consolidação de políticas e serviços públicos.

É importante conceber o desenvolvimento de APS com **enfoque de cadeia de valor**, que vai além da tradicional sequência de processos da produção à comercialização. Inclui o **trabalho coordenado** entre produtores, beneficiadores, transportadores, comerciantes e consumidores, além de instituições que prestam serviços essenciais e de apoio, conforme figura abaixo.



Considerando este enfoque, notam-se **entraves e deficiências estruturais na Amazônia que são inerentes a todas as APS** e que demandam investimentos para serem superados. Sem esforços estruturantes, principalmente no âmbito dos serviços públicos, o fomento a projetos de APS terá efetividade limitada.

Além de apoiar projetos individuais ou redes de projetos focados em empreendimentos específicos de APS, é de suma importância **desenvolver estratégias para apoio estruturante**. Tornam-se, portanto, necessárias medidas por parte de **parceiros nos governos federal e estaduais**.

Oportunidades para ações estruturantes

- Regularização fundiária em áreas e territórios do público beneficiário.
- Aumento da cobertura do Cadastro Ambiental Rural (CAR) na Amazônia.
- Fortalecimento da capacidade de licenciamento ambiental nos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente.
- Assistência técnica e creditícia efetiva, de fácil acesso e compreensão.
- Construção ou fortalecimento de polos de beneficiamento e comercialização de produtos oriundos de APS.
- Investimentos em infraestrutura.
- Desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação.

Regularização fundiária

Regularização fundiária é pré-condição nº 1.

A crônica precariedade da situação fundiária na Amazônia representa um dos entraves para o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis, a mitigação de conflitos agrários e a regularização ambiental. A inexistente ou incompleta regularização fundiária (sem emissão de títulos ou contrato de concessão real de uso) **caracteriza a realidade do público beneficiário** em muitas áreas que se dedicam à produção sustentável.

Oportunidades-chave

Apoio a **programa de regularização fundiária** voltado para unidades de conservação de uso sustentável, terras indígenas, assentamentos diferenciados e territórios de quilombos.

Apoio a processos de **varredura fundiária** em regiões com alta pressão de desmatamento e presença de posseiros e grileiros (ex. BR-163, sul do Amazonas, Rondônia, norte de Mato Grosso, sul do Pará).

Consolidação e integração de **sistemas on-line para acompanhamento dos processos** de regularização fundiária, com linguagem acessível, informações atualizadas e úteis para o planejamento de ações.

Apoio direto a **projetos da sociedade civil voltados a ações de campo** no processo de regularização fundiária (ex. mapeamento participativo, georreferenciamento, diagnósticos, planos de desenvolvimento).

Cadastro Ambiental Rural

Aumento de escala no CAR requer forças-tarefa nos órgãos ambientais estaduais.

Embora o CAR represente um avanço na regularização ambiental de imóveis rurais na Amazônia e tenha se tornado obrigatório em função do novo Código Florestal, a capacidade de implementá-lo ainda é limitada e pode representar um entrave significativo para proprietários e produtores.

Oportunidades-chave

O **desenvolvimento e a alimentação de bancos de dados georreferenciados** e integrados ao sistema de licenciamento ambiental é fundamental para a regularização de imóveis rurais e para o controle ambiental.

O apoio a **forças-tarefa de análise e processamento de CAR nos OEMAs** constitui oportunidade de diminuir o acúmulo de processos não analisados.

Em alguns estados, faz-se necessária a **estruturação física, tecnológica e normativa** dos órgãos responsáveis pelo CAR.

É fundamental considerar a elaboração, a implementação e o desenvolvimento de **mecanismos de monitoramento dos programas de regularização ambiental estaduais**, especialmente com tecnologias informatizadas.

Licenciamento ambiental

Este é um dos maiores gargalos a ser superado. As deficiências incluem legislação excessivamente burocrática, fragilidade estrutural e técnica do poder público, debilidade da documentação preparada pelos requerentes das licenças, alto custo dos processos, o que inviabiliza o licenciamento para agricultores familiares, pequenos agricultores e populações tradicionais. Sem um sistema de licenciamento ambiental que **atenda de forma ágil os empreendedores**, o investimento em APS, especialmente no manejo florestal, não resultará em aumento de produção e renda para o público priorizado para o fomento de APS. Ao contrário, pode representar um desincentivo ao processo de produção sustentável na Amazônia.

É preciso simplificar as exigências legais para atividades em pequena escala e de baixo impacto ambiental.

Oportunidades-chave

Visando à agilidade do licenciamento ambiental

Padronização mínima e simplificação de critérios e procedimentos de licenciamento para APS em âmbito estadual.

Criação de uma **linha de apoio ao licenciamento ambiental de projetos de assentamento**, incluindo esforços concentrados e coordenados capazes de analisar e solucionar as demandas acumuladas.

Visando à estruturação dos sistemas de licenciamento ambiental em médio e longo prazo

Capacitação dos técnicos de licenciamento ambiental nos órgãos estaduais de meio ambiente, incluindo tratamento diferenciado de licenciamentos de APS.

Informatização dos sistemas e processos de licenciamento.

Fomento à **descentralização e à desconcentração do licenciamento**.

Fortalecimento de **sistema integrado de controle** do licenciamento ambiental de APS, com ênfase na integração dos mecanismos de CAR, licenciamento dos imóveis rurais e sistemas de controle de transporte de produtos madeireiros, como o Documento de Origem Florestal (DOF) e o Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos de Origem Florestal (SISFLORA).

Apoio a **programa de capacitação** de novos atores em licenciamento ambiental como meio de fortalecer a capacidade instalada para **prestação de serviços de licenciamento ambiental** nas instituições de assistência técnica e extensão rural (ATER), redes de cooperativas e organizações produtivas.

A diversidade sociocultural e econômica do público beneficiário exige qualificação e adequação da ATER.

Assistência técnica

Embora todos os estados possuam órgãos de assistência técnica e extensão rural, a **prestação desse serviço** para o pequeno produtor e as populações que realizam manejo florestal **ainda é deficiente e muitas vezes inexistente**. Os técnicos de ATER, em geral, possuem **pouca experiência no apoio a APS** e preparo para trabalhar com populações tradicionais e indígenas.

Oportunidades-chave

Além de maiores investimentos em formação técnica diferenciada, uma oportunidade é a **criação de mecanismos de incentivos à excelência**, como bolsas e prêmios para instituições, programas e indivíduos.

A **diversificação dos prestadores de assistência técnica** pode ser incentivada mediante a participação de cooperativas de ATER, profissionais autônomos, empresas e organizações da sociedade civil em programas públicos de ATER, como já é feito na pecuária. Assim, a oferta e a qualidade de assistência técnica podem ser ampliadas também em localidades geograficamente isoladas.

Crédito existe, mas é preciso torná-lo mais acessível aos produtores familiares na Amazônia.

Crédito

Há um número significativo de **linhas de crédito disponíveis** para o desenvolvimento de APS. No entanto, o **acesso** a esses programas por parte do público beneficiário ainda é **limitado**. Grande parte das linhas de crédito existentes necessita **adequar-se** em termos de normas técnicas, arquitetura e linguagem, bem como da disposição dos bancos em oferecê-las e estimulá-las.

Oportunidades-chave

Para melhorar o atendimento diferenciado a APS, poderiam ser instalados **balcões comunitários nas agências de crédito**, especializados na assessoria, análise e monitoramento de projetos de crédito propostos pelo público beneficiário.

A ampliação de linhas de crédito existentes também é indicada para **incluir outras atividades além da produção**, como o beneficiamento e a comercialização.

Constitui opção o financiamento de **serviços de assessoria para concepção, acesso e gestão de créditos** no âmbito de projetos desenvolvidos por organizações de produtores locais. Convém que estes sejam equipados com guias de crédito e material didático, visando APS e voltado ao público beneficiário.

Beneficiamento e comercialização

A qualidade dos produtos das cadeias de valor de APS tende a ser **pouco competitiva** no mercado. Isso se deve a fatores como **distância** dos centros consumidores, **infraestrutura** de armazenamento, conservação e distribuição, **condições climáticas**, **capacidade técnica** de processamento e desenvolvimento tecnológico. Falta *expertise* na **comercialização e no marketing** dos produtos. A **interlocação entre os diversos níveis das cadeias de valor** costuma ser precária. Baixo grau de empreendedorismo e fragilidades institucionais dos serviços de apoio constituem desafios adicionais para o beneficiamento e a comercialização em maior escala e de forma coordenada.

Investimentos ao longo de toda a cadeia de valor permitem melhorar a qualidade e valorizar produtos amazônicos de APS.

Oportunidades-chave

O **fortalecimento de arranjos produtivos locais** (APLs) existentes com produtos provenientes de comunidades é especialmente indicado. Nesse contexto, os APLs apoiados pelo Ministério de Indústria e Comércio e pelo Ministério do Meio Ambiente, bem como o desenvolvimento de novos APLs, constituem oportunidade de **qualificar e modernizar a produção**.

O apoio a iniciativas que sistematizam, consolidam e disponibilizam **informações sobre o mercado para produtos oriundos de APS** constitui oportunidade de fortalecer a capacidade de comercialização e a gestão dos negócios.

O incentivo ao empreendedorismo responsável pode ser feito mediante a introdução de **prêmios de empreendedorismo verde** na Amazônia, seja para indivíduos, seja para instituições ou empresas.

O apoio a **acordos entre empresas e comunidades** representa oportunidade para melhorar o acesso de comunidades a políticas públicas sólidas, aumentar a escala das APS e melhorar o acesso a mercados mais exigentes.

Energia renovável e comunicação são indispensáveis para o beneficiamento e a comercialização de produtos oriundos de APS.

Infraestrutura: transporte e energia

Os desafios de instalação e manutenção de infraestrutura na Amazônia geram **dificuldades** para agregar valor à produção de APS por meio da **industrialização de pequeno porte**. A **análise de custos, benefícios e impactos ambientais e sociais da instalação de infraestrutura** de transporte, energia e comunicação, no entanto, deve servir como base para avaliação de propostas.

Oportunidades-chave

Há diversas oportunidades de apoiar a **expansão de energias renováveis no âmbito do Programa Luz para Todos**, nos polos industriais existentes e em parceria com concessionárias de energia.

No âmbito dos projetos, a geração da energia necessária para comunicação e beneficiamento básico pode ser apoiada com o financiamento de **mini-usinas fotovoltaicas ou geradores de energia hidrocínética** para comunidades.

Comunicação telefônica, computadores e acesso a internet são imprescindíveis para projetos produtivos. Além disso, o investimento em tecnologias, como **torres de celular e telefone de satélite** torna-se importante em áreas distantes das redes de comunicação existentes.

Ciência, tecnologia e inovação

O conhecimento sobre a biodiversidade e o desenvolvimento tecnológico de sistemas de produção sustentáveis ainda é incipiente. Um desafio adicional é a **geração de tecnologias de baixo custo**, que sejam adaptadas ao repertório cultural dos produtores familiares. As dimensões socioculturais e ecológicas de **sistemas de produção tradicionais e indígenas** ainda são **insuficientemente documentadas** e incorporadas às estratégias de intervenção de projetos e nas regulamentações ambientais. Assim, há um campo vasto de oportunidades de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) no contexto de APS na Amazônia.

Para uma “revolução tecnológica amazônica” é necessário desenvolver CT&I voltadas à biodiversidade e à repartição de benefícios.

Oportunidades-chave

Criação de **técnicas inovadoras de manejo sustentável** de recursos naturais e aumento da produtividade de APS.

Desenvolvimento de inovação tecnológica para a **recuperação da fertilidade de solos degradados**.

Pesquisa sociocultural e etnoecológica sobre sistemas de manejo e produção local.

Contabilização de serviços ambientais mantidos e gerados no âmbito dos sistemas produtivos associados com APS.

Desenvolvimento tecnológico para o beneficiamento e a industrialização de produtos oriundos de APS.

Inovação tecnológica em **sistemas de rastreamento de produtos nas suas cadeias de custódia** (madeira, produtos não madeireiros, gado, peixe).

Desenvolvimento de **inovação biotecnológica para produtos da sociobiodiversidade**.

Construção de **bancos de dados** acessíveis com informações ecológicas e mercadológicas referentes aos produtos oriundos de APS.

Pesquisa sociocultural e socioeconômica sobre a adoção de inovações tecnológicas pelo público beneficiário e avaliação dos impactos causados.

Se as prioridades temáticas e regionais estão claras, há mais chances de gerar sinergia e impactos nas políticas e programas públicos

Desafios e Oportunidades Institucionais

Setor Público

Nas últimas décadas, políticas e programas inovadores têm sido criados, representando oportunidades para o fomento de APS na Amazônia. As aprendizagens geradas revelam que **iniciativas isoladas e sem relação com políticas públicas têm impactos e permanência limitados** com o término do apoio formal. Para aumentar o impacto do apoio é recomendável **concentrar projetos em regiões e territórios identificados como prioritários**, assegurando-se maior sinergia entre diferentes tipos de apoio e investimento.

Apoio para superar fragilidades

Baixa capacidade institucional e insuficiente estrutura jurídica e administrativa caracterizam a atuação do poder público na Amazônia, particularmente na implantação e execução de políticas de desenvolvimento sustentável. Para reduzir o desmatamento e promover APS é importante **apoiar políticas e programas públicos**, inclusive mediante investimentos em **ações estruturantes**. A efetividade dessas iniciativas requer fortalecimento institucional dos órgãos públicos, qualificação da gestão e ações coordenadas entre diferentes atores.

Planos, programas e projetos inovadores do poder público **carecem de recursos técnicos, financeiros e de pessoal** para alcançar impacto significativo. Também se observa **sobreposição entre programas e políticas públicas** para os quais as responsabilidades e os orçamentos não estão claramente definidos. Um potencial apoio financeiro precisa ser bem localizado para gerar adicionalidade.

Além do apoio direto a iniciativas existentes, há outras maneiras de favorecer políticas públicas e programas voltados a APS. Entre estas, o **fomento de programas em parceria** entre órgãos governamentais (mediante, por exemplo, editais e prêmios) ou a exigência de que, no momento da apresentação da proposta e no monitoramento de resultados e impactos dos projetos apresentados haja necessidade de se **demonstrar vínculos com políticas e programas efetivos**.

Iniciativas que podem orientar prioridades temáticas e territoriais de fomento a APS

- Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia
- Programa Terra Legal
- Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais
- Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas
- Territórios da Cidadania
- Zoneamentos Econômicos e Ecológicos estaduais e Macrozoneamento da Amazônia

Panorama de políticas e programas relevantes e indicações regionais para cada APS

APS	Políticas e programas	Indicações regionais e territoriais
Sistemas agroflorestais	<p>Plano Nacional de Promoção da Sociobiodiversidade (PNPSB)</p> <p>Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)</p> <p>Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF)</p> <p>Programa de Recuperação de Áreas Degradadas na Amazônia (PRADAM)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Áreas de entorno das obras do PAC. • Áreas periurbanas, especialmente nos novos polos de urbanização dos municípios prioritários. • Transamazônica, Rondônia/Acre Oriental/Sul do Amazonas.
Manejo florestal comunitário e familiar	<p>Plano Nacional de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PNMFCE)</p> <p>Plano Nacional de Promoção da Sociobiodiversidade (PNPSB)</p> <p>Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF)</p> <p>Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF)</p> <p>Concessões florestais</p>	<p><i>Apoio a iniciativas de MFCF:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Estuário do Amazonas (ênfase em manejo de várzea), Médio Amazonas (Santarém), Transamazônica, Acre, Sul do Amazonas (Lábrea, Apuí), Alto e Médio Rio Negro. <p><i>Apoio a polos industriais madeireiros:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Rondônia (MFCF: FLONA Jamari, FLONA Jacundá e Altamira); • Santarém (FLONA Saquará-Taquera e MFCF), Itaituba BR-163 (futuras concessões nas FLONAs Amanã, Altamira e Crepori, novas iniciativas de MFCF), Rio Branco/Acre (MFCF e concessões estaduais), Norte de MT (MFCF).
Pesca e aquicultura	<p>Territórios de Aquicultura e Pesca</p> <p>Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Aquicultura e Pesca</p> <p>Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola (ATEPA)</p>	<p><i>Pesca:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Estuário do Amazonas, Tapajós-Baixo Amazonas, Médio Amazonas, Baixo Tocantins, Acre/Sul do Amazonas. <p><i>Aquicultura:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Arco do Desmatamento, obras do PAC, centros periurbanos.
Pecuária sustentável	<p>Programa de Recuperação de Áreas Degradadas na Amazônia (PRADAM)</p> <p>Programa Executivo de Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio na Amazônia Legal (PDSA)</p> <p>Programa Nacional de Boas Práticas Agropecuárias (PRO-BPA)</p> <p>Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável (PRODUSA)</p>	<p><i>Projetos de contenção da pecuária:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • UCs e assentamentos diferenciados com altos níveis de cobertura florestal, mas com pecuária presente e alta pressão de desmatamento. <p><i>Projetos de transição tecnológica:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Todo o Arco do Desmatamento; • Assentamentos consolidados com alto índice de desmatamento; • Pequenas e médias propriedades.

Organizações da sociedade civil possuem maior capilaridade, representatividade e conhecimento sobre APS.

Organizações da Sociedade Civil

O insuficiente atendimento do poder público às demandas das populações beneficiárias dispersas pela Amazônia confere importância às organizações da sociedade civil no apoio a APS. Há grandes regiões, especialmente aquelas com alta incidência de conflitos e taxas de desmatamento elevadas, nas quais organizações da sociedade civil são as únicas que de fato prestam serviços e dão apoio aos grupos beneficiários. Em especial aquelas organizações de menor porte e mais próximas dos produtores rurais tendem a ter **maior capacidade de mobilização da população** em áreas geograficamente mais remotas e de difícil acesso. Tais características resultam em **capilaridade significativamente maior que a dos serviços públicos**. Este cenário requer, portanto, o desenho de **diferentes arranjos institucionais para atender a esse público** e garantir uma adequada execução de projetos.

Opções para arranjos institucionais de apoio a APS

Apoio indireto, via organizações da sociedade civil de maior porte, que possuem capacidade para atuar como **instituições aglutinadoras**, agregando subprojetos de organizações menores.

Apoio indireto, por meio de organizações da sociedade civil de maior porte, que promovem **chamadas públicas para pequenos projetos**.

Apoio indireto, via estados que realizam **chamadas públicas** para pequenos projetos em âmbito estadual ou regional.

Apoio indireto a diferentes mecanismos existentes de **fundos e programas de pequenos projetos** e a **criação de novos fundos**, mediante parcerias em âmbito federal ou estadual, aos quais organizações pequenas teriam acesso direto.

Continuação do **apoio direto** a organizações da sociedade civil no sistema de **balcão aberto**.

As opções de apoio indireto mediante organizações intermediárias (aglutinadoras) podem oferecer algumas **atribuições**. Assim, estes arranjos podem:

Suprir carências gerenciais de organizações pequenas e menos estruturadas.

Possibilitar o acesso aos recursos por um número maior de comunidades.

Oferecer serviços essenciais de assistência técnica, capacitação e monitoramento para os subprojetos apoiados.

Reduzir os custos de transação.

Gerenciar de forma coordenada um conjunto de projetos com maior eficiência.

Possibilitar barganha e negociação coletiva com o setor público e o mercado.

Aumentar a escala de produção e comercialização, com maiores investimentos na estruturação de cadeias de valor.

Aumentar o potencial de impacto.

Catalisar efeitos multiplicadores de forma mais rápida.

No entanto, as opções de apoio indireto também trazem o **risco de gerar mecanismos demasiadamente assistencialistas**, sem possibilitar o grau de protagonismo e apropriação do projeto pelo público beneficiário almejado.

Fortalecimento institucional de organizações da sociedade civil

O apoio a APS vai requerer investimentos para fortalecer institucionalmente as organizações envolvidas. Nesse sentido, há uma série de medidas que podem ser adotadas na construção, apresentação e implementação de projetos.

Medidas-chave

Para organizações menores ou para arranjos institucionais complexos (via aglutinadoras) é importante prever uma **etapa prévia** (financiamento do “**projeto do projeto**”), que permite aprimoramento das propostas e articulação para que as populações beneficiárias participem de modo efetivo na concepção do projeto, aumentando a sua **eficácia e inclusão social**.

Deve ser utilizada uma **linguagem adequada e adaptada** ao público beneficiário, já que muitos projetos e programas com bom conteúdo técnico não atingem seus resultados devido a falhas de comunicação.

Projetos que são **desenhados de forma participativa**, com base em demandas locais reais, produzem melhores resultados e evitam o abandono da iniciativa após a finalização do apoio.

É recomendável incluir **ações de desenvolvimento organizacional** e de **capacitação** em gestão administrativa e financeira nos projetos apoiados, bem como treinamento em planejamento estratégico, monitoramento e avaliação.

Não é realista esperar que as estruturas produtivas mudem significativamente quando se envolve apenas um grupo pequeno de produtores durante curtos períodos. Visando à estruturação das cadeias de valor é necessária uma visão estratégica de **médio a longo prazo**, o que implica **ciclos e fases de apoio** que vão além do período usual de três anos.

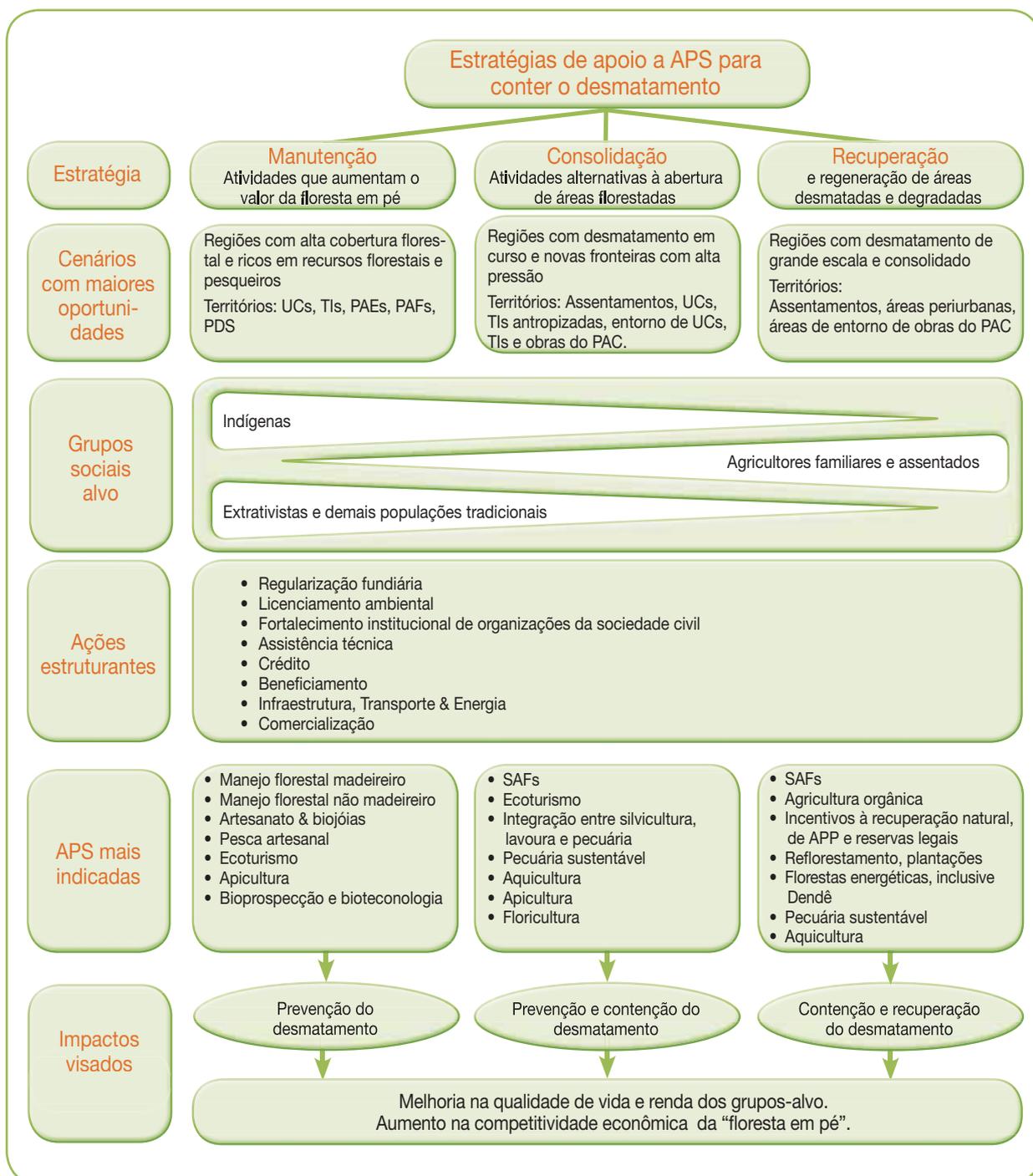
As organizações da sociedade civil passam por **ciclos evolutivos**, o que significa que necessitam de apoio para crescer. A destinação de recursos específicos para a qualificação das organizações de média complexidade representa oportunidade para o **desenvolvimento de um número maior de organizações com capacidade “aglutinadora”** na Região Amazônica.

Visando ao fomento da sustentabilidade institucional, a estratégia de “**fundos de endowment**” poderia ser aplicada a um número maior de iniciativas, inclusive de forma integrada com outros doadores.

Devido à atual escassez de recursos para organizações da sociedade civil, uma oportunidade de apoiar a captação de recursos para essas organizações é o estabelecimento de uma **plataforma de intercâmbio entre organizações proponentes, doadores e programas de fomento existentes** para a Amazônia.

Panorama Geral

O diagrama a seguir apresenta um resumo das principais estratégias de apoio a APS, dos contextos territoriais em que se aplicam, da sua relevância para os grupos priorizados, das ações estruturantes necessárias, das APS específicas que podem fazer parte dessas estratégias e seu papel na prevenção e no combate ao desmatamento.



Considerações Finais

Este estudo identificou uma ampla gama de oportunidades de apoio a APS e para ações estruturantes. Constatou, no entanto, que os investimentos não surtirão os impactos desejados se não forem considerados os seguintes requerimentos indispensáveis para o fomento efetivo a APS:

- Precisam ser criadas pré-condições básicas para o desenvolvimento de APS (especialmente regularização fundiária e licenciamento ambiental) por meio de apoio estruturante.
- Políticas e programas governamentais visando APS requerem apoio direto para sua implementação.
- O apoio a APS é mais eficaz quando segue uma priorização regional e territorial (inclusive dos ZEEs e MacroZEE).
- Os projetos da sociedade civil precisam ser integrados com políticas e programas governamentais.
- A incorporação de uma abordagem de cadeias de valor possibilita impactos além do projeto produtivo pontual e pode consolidar experiências isoladas em cadeias de valor estruturadas.
- Apoio mediante projetos aglutinados facilita o aumento de escala das iniciativas locais e a adoção da abordagem de cadeia de valor.
- Os projetos devem responder a demandas locais reais.
- Os projetos devem identificar impactos visados em escala local e regional, indicar mudanças mensuráveis e assegurar o monitoramento dos seus impactos.

Estes aprendizados surgem da experiência acumulada em mais de 20 anos de investimentos no desenvolvimento sustentável da Amazônia. As lições podem nortear o planejamento de novos investimentos e focar as estratégias atuais visando atividades produtivas e ações estruturantes.

Lista de siglas

APL	Arranjo Produtivo Local
APS	Atividade Produtiva Sustentável
ATEPA	Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CGEN	Conselho de Gestão do Patrimônio Genético
COFA	Comitê Orientador do Fundo Amazônia
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
DOF	Documento de Origem Florestal
FLONA	Floresta Nacional
FNDF	Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MFCF	Manejo Florestal Comunitário Familiar
OEMA	Órgão Estadual de Meio Ambiente
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAE	Projetos de Assentamentos Agroextrativistas
PAF	Projetos de Assentamento Florestal
PDS	Projetos de Assentamentos de Desenvolvimento Sustentável
PDSA	Programa Executivo de Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio na Amazônia Legal
PFNM	Produto Florestal Não Madeireiro
PIB	Produto Interno Bruto
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNMFCF	Plano Nacional de Manejo Florestal Comunitário e Familiar
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PNPSB	Plano Nacional para Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade
PPCDAm	Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal
PRO-BPA	Programa Nacional de Fomento às Boas Práticas Agropecuárias
PRODU-SA	Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRADAM	Programa de Recuperação de Áreas Degradadas na Amazônia
REDD+	Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX	Reserva Extrativista
SAF	Sistema Agroflorestal
SISFLORA	Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos de Origem Florestal
TI	Terra Indígena
UC	Unidade de Conservação
ZEE	Zoneamento Ecológico e Econômico

